

**“[...] COMO AS HISTÓRIAS DOS AVOS QUE O OLHO BRILHA QUANDO ELES CONTAM PRA TI”: O PROCESSO EDUCATIVO E CIDADÃO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA O PÚBLICO IDOSO DO CRAS ALTO ALEGRE EM MARACANAÚ/CE.**

**Aglailton da Silva Bezerra**

Graduando em História Licenciatura Plena  
*Universidade Estadual do Ceará – UECE / aglailtonsb@gmail.com*

**Jeisy Anne Nascimento de Alencar Peixoto**

Graduanda em Serviço Social  
*Faculdade Kúrios – FaK / jeisyanne2012@gmail.com*

**Juliana Jesuíno da Costa Ribeiro**

Graduada em Serviço Social  
*Universidade Estadual do Ceará - UECE / jesuino.juliana@gmail.com*

## **RESUMO**

A discussão provocada por esse trabalho busca abordar de modo qualitativo e exploratório a relação da educação não formal como instrumento de debate e construção de saberes coletivos, que ponderam uma emancipação humana, tendo como recorte o público idoso vinculado ao grupo estabelecido por um equipamento socio assistencial em Maracanaú/CE. Dessa forma abordamos a relação entre educação não formal no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, possuindo o seguinte questionamento: como a pessoa idosa compreende o processo educativo e cidadão referente a práticas não formais? Este estudo possui uma abordagem qualitativa por meio da pesquisa-ação onde foi utilizada a técnica de roda de conversas e oficinas com o grupo de idosos, bem como o diálogo com literatura pertinente. Diante disso, trazemos algumas reflexões sobre o processo educativo e não formal vivenciado pelo grupo através da participação social, onde manifesta relação com sua trajetória de vida, relação comunitária e sabedoria popular.

**Palavras-chaves:** Políticas Públicas; Cidadania; Educação não formal; Envelhecimento.

## **INTRODUÇÃO**

A Assistência Social foi instituída no Brasil como Política Pública de direito do cidadão e dever do Estado, a partir da Constituição Federal de 1988 e em 1993 foi regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – Lei no 8.742/1993 e, recentemente, complementada pela aprovação da Lei no 12.435/2011.

A Política Nacional de Assistência Social tem procurado criar condições para a garantia de direitos para pessoas que dela necessitem, rompendo com a cultura do favor, da benesse e do clientelismo. Em 2009, foi aprovada a Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistenciais, através da Resolução CNAS no 109/2009, que tipifica os serviços sócio assistenciais, organizando-os por nível de complexidade do Sistema Único de Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade e buscando um padrão para os serviços.

A Tipificação definiu um documento de orientação técnica para os municípios e Distrito Federal de execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas -

SCFVI, no intuito de orientar os gestores, coordenadores, técnicos e demais profissionais do SUAS no desenvolvimento de um serviço que favoreça a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas e de suas famílias, visando o processo de envelhecimento ativo e saudável, o desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, o fortalecimento dos vínculos familiares e a prevenção dos riscos sociais.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas deve promover ações e atividades direcionadas às características, interesses e demandas de idosos, fortalecendo a vivência em grupo, as experiências artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas, sempre levando em consideração a centralidade da família. Tal serviço deve ser ofertado preferencialmente no espaço dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Sendo assim, este trabalho se propõe a descrever o olhar da pessoa idosa no que diz respeito às contribuições proporcionadas pelo SCFV oferecido no CRAS Alto Alegre, localizado no município de Maracanaú – Ceará. Tal atividade é realizada há 4 anos nessa unidade de atendimento, período em que foi inaugurado o novo prédio, pelo qual funcionava antes em um imóvel alugado e que não apresentava infraestrutura adequada para a realização das atividades em grupo. Os encontros acontecem semanalmente, com duração de uma hora e meia. Uma vez por mês, o mesmo grupo também participa das atividades promovidas por outra unidade de atendimento do município, o Centro de Convivência do Idoso - CCI, onde são oferecidas oficinas de artes, educação esportiva, informática, terapia ocupacional, dança, dentre outras.

## **DESENVOLVIMENTO**

A população brasileira envelhece em ritmo acelerado em comparação com o conjunto de países mais populosos. A perspectiva para os próximos anos é maior de idade, ou seja, um aumento significativo na expectativa das pessoas. Esta transição demográfica vivenciada atualmente no Brasil é um processo histórico que envolve a combinação de vários fatores, relacionados, principalmente, aos avanços científicos e tecnológicos, como os da medicina, e o aumento da qualidade de vida. A queda nas taxas de mortalidade nos primeiros anos de vida e a diminuição nas taxas de fecundidade ampliam, proporcionalmente, os grupos de adulto e de pessoa idosa. De acordo com o Censo IBGE 2010, 24,1% da população brasileira é menor de 14 anos, sendo que em 1991 essa representatividade era de 34,7%. Ocorre também o aumento contínuo da

representatividade de pessoas idosas: 7,4% da população têm mais de 65 anos, contra apenas 4,8% em 1991.

Daí a importância da realização de trabalhos voltados para esta faixa etária no Brasil. A discussão e a participação da pessoa idosa na sociedade apesar do crescimento dessa população nos últimos anos não é estimulada. Assim estimulados pela realidade do público idoso, a qual participa do grupo de análise desse trabalho, decidimos discutir sobre a concepção de envelhecimento na contemporaneidade, explorando as práticas de cidadania do referido grupo com a finalidade de compreender a concepção que os mesmos possuem, atrelando uma maior observação no tocante à produção e reprodução de conhecimentos abordados em coletivo, ponderando ainda a manifestação involuntária do saber popular.

A educação com o passar dos anos tem passado por várias transformações, seja ela cultural, social ou politicamente e vem se construindo em diversos espaços sociais sendo institucionalizada ou não. Quando pensamos em educação não estamos relacionando apenas as teorias a qual os professores ensinam a alunos, o papel da educação é multidimensional, pois ela transforma a sociedade seja na sala de aula, seja no cotidiano ou em uma simples conversa.

Segundo Libânio (2004, p. 26) “[...] não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional, não é seu único praticante”. Diante desse contexto nossa reflexão se correlaciona sobre os aspectos da educação em espaços não formais, possibilitando aos indivíduos maior visão sobre condições sociais em vários espaços da sociedade, ultrapassando os muros da escola e a idade definida.

Nesse sentido, de acordo com relatos observados pelos idosos, percebemos uma interação pelo qual se inclina numa condição de produção de conhecimentos que se desenvolve e possibilita o amadurecimento de uma consciência cidadã, seja em casa, na comunidade ou na família. Ou seja, a educação não formal possibilita uma qualidade de conscientização em várias habilidades caracterizando um processo educativo que influencia tanto: economicamente, culturalmente e politicamente, reforçando uma educação até mesmo democrata. Percebemos que há uma necessidade de que essa educação exista, pois contemporaneamente é cobrado do indivíduo um amplo conceito de conhecimento e para ter conhecimento não é necessário uma educação apenas institucional. De acordo com Luckesi (2001, p.30):

A educação é um típico ‘que fazer’ humano, ou seja, um tipo de atividade que se caracteriza fundamentalmente por uma preocupação, por uma finalidade a ser atendida. ‘ A educação

dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesmo, mais sim como um instrumento de manutenção ou transformação 'social'.

Assim, entende-se que são desenvolvidas varias formar de educação com o objetivo de contribuir na formação de pessoas conscientes e cidadãos que tentem a fazer uma sociedade melhor, com dignidade e com direitos garantidos. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos procura estabelecer esse entendimento, na materialização da educação não formal, numa dinâmica interativa promovida pelo grupo do CRAS, onde se observa o compartilhamento de saberes que são reproduzidos no decorrer dos encontros. É importante destacar que tal perspectiva promove um amadurecimento coletivo diante da abordagem entre os sujeitos que estão presentes, inclinndo a uma condição de interação direta com as problemáticas evidenciadas pelo contexto comunitário. Para Gohn (2010, p.41):

É preciso ter a capacidade de fazer uma leitura crítica do mundo que nos rodeia, no plano local, para entender as contradições globais, para conviver com as fragmentações e os antagonismos de uma sociedade que faz dos conflitos a sua base de sustentação, para compreender as novas concepções do processo cultural civilizatório em marcha na globalização.

O vínculo estabelecido repercute para além da manutenção do grupo e estabelece uma conduta emancipatória ao pontuar questões pertinentes a direitos sociais, política, educação. Apresentando como ponto norteador a sabedoria geracional do grupo. São utilizados diversos recursos na materialização de encontros, tais como textos, vídeos, dinâmicas em grupos, rodas de conversa, instrumentos esses que estimulam a percepção cognitiva e a reflexão sobre os encontros. As atividades são pensadas com o intuito de fortalecer o convívio entre os idosos do SCFV e a proporcionar a troca de saberes as dinâmicas ainda abordam a construção de lações afetivos entre os mesmos, a fim de aproximá-los e sensibilizá-los sobre a importância de estabelecer estes vínculos para com o grupo.

A velhice, portanto, não deve ser vista como um peso, pois manifesta sua dinâmica própria em relação ao período de vida. É necessário atrelar essa fase e reconhecer que esses sujeitos podem ser produtores de conhecimentos diversos. Segundo Schneider e Irigaray (2008) as concepções de velhice nada mais são do que resultado de uma construção social e temporal feita no seio de uma sociedade com valores e princípios próprios, que são atravessados por questões multifacetadas, multidirecionadas e contraditórias.

A educação não formal, por sua vez, conduz a manifestação de uma prática educativa que rompe com os espaços institucionais e proporciona a esse público uma condição de entendimento e realidade emancipatória por meio da constituição dos grupos. Gohn pontua ainda que:

As práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos sociais, nas associações comunitárias, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais (2010, p. 36).

A educação, nessa abordagem apresenta uma ponderação importante no processo de fortalecimento de vínculos sociais, bem como a estruturação do grupo com o intuito de garantir encontros geracionais educativos e a, conseqüente, socialização desses momentos em outros espaços sociais e com a presença de outros públicos.

## CONCLUSÃO

A educação não apresenta limitação de espaço ou faixa etária definida e pode ser manifestada em todos os momentos e das diversas formas. É necessário estabelecer uma relação no que diz respeito às diversas formas de educação com o intuito de reconhecimento e estudo.

Assim, concluímos que a educação não formal provoca um amadurecimento crítico e interventivo, ao pautar a abordagem coletiva em torno de questões que giram em torno do grupo e da relação comunitária. Explorar, portanto a educação promovida pelo saber popular nos condiciona a perceber a diversificação de falas que buscam emitir um direcionamento principal na condição de idosos que seria o repasse de seus saberes para a juventude.

Fortalecer, portanto, o vínculo e a concepção de velhice são necessários. O público idoso não deve ser visto por meio de um condicionamento de negação e exclusão societário e sim como um grupo social que apresenta suas potencialidades e poder educativo através da oralidade geracional. Assim, é notório que o referido serviço apresenta papel fundamental na vida desses idosos, pois contribuí, através da Política Pública de Assistência Social, materializando práticas educativas não formais que revelem potencialidades do público, reconhecendo-os como importantes.

## REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê**. São Paulo: Cortez. 7ªed. 2004

LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010;

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “Questão Social” em debate**. São Paulo: Cortez, 3 ed., 2010;

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993;

BRASIL. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/casacivil/site/static/le.htm>. Acesso em: 15 de Agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2005